



# SUMÁRIO

## CAPÍTULO I ASPECTOS HISTÓRICOS

1.1	Considerações Iniciais.....	21
1.1.1	Conceito de Propriedade.....	26
1.1.2	Direito de Propriedade.....	26
1.1.3	Tributação das Propriedades Rural e Urbana .....	28
1.1.3.1	Características do ITR .....	32
1.1.3.2	Características do IPTU .....	34
1.1.4	Notificação do Sujeito Passivo.....	35
1.1.5	Inscrição em Dívida Ativa.....	39
1.2	Debate Ancestral: critério da localização X critério da destinação.....	46
1.3	Posição Doutrinária Brasileira .....	46

## CAPÍTULO 2 CONSTITUIÇÕES FEDERAIS ANTERIORES E COMPETÊNCIAS TRIBUTÁRIAS

2.1	Constituições Federais Anteriores.....	51
2.1.1	Constituição Federal de 1946.....	51
2.1.2	Constituição Federal de 1967 (Emenda Constitucional n. 1/69) .....	54

### CAPÍTULO 3

## CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL

### (LEI n. 5.172/1966)

3.1 Abordagem Geral .....	57
3.2 Mudanças no Código Tributário Nacional.....	61

### CAPÍTULO 4

## CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

4.1 Competências na Constituição .....	63
4.2 Dicotomia dos Tributos em “Vinculados” e “Não Vinculados” .....	66
4.3 Competências Tributárias da União e Municípios para ITR e IPTU .....	67
4.3.1 Competências da União .....	67
4.3.2 Competências do Município .....	68
4.3.2.1 Cobrança do ITR pela Secretaria da Receita Federal .....	72
4.3.3 Sigilo Fiscal .....	80
4.3.4 Quebra do Sigilo em Sede Administrativa.....	88
4.3.4.1 Medida Provisória n. 507/2010 e normativos da RFB .....	100
4.3.4.2 Medidas Cautelares contra repasse de dados à RFB .....	102
4.4 Exigência de Lei Complementar (art. 146 CF).....	104
4.4.1 Notícias das Adins 2.386, 2.389, 2.390, 2.397 e 2.406.....	104
4.4.2 O Código Tributário Nacional X inciso III, art. 146, CF/88.....	114
4.4.3 Receptividade e Incompatibilidade de Normas com a Constituição de 1988.....	115
4.5 Função Social da Propriedade Rural e a Política de Desenvolvimento Urbano ..	116
4.5.1 Cumprimento da Função Social no Meio Rural .....	118
4.5.2 Cumprimento da Função Social em Área Urbana .....	121
4.6 Elaboração do Plano Diretor .....	122

### CAPÍTULO 5

## CONCEITOS DE IMÓVEL RURAL, IMÓVEL URBANO E

### REGRAS DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL

5.1 Conceitos de Imóvel Rural e Imóvel Urbano na Legislação Infraconstitucional .	127
5.1.1 Estatuto da Terra (Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964).....	128

5.2	Regulamentação do Estatuto da Terra.....	131
5.2.1	Decreto n. 55.891, de 1965 .....	132
5.2.2	Decreto n. 59.428 de 1966 .....	132
5.2.3	Lei n. 5.868, de 1972 .....	133
5.2.3.1	Inconstitucionalidade do Art. 6º e Parágrafo Único da Lei n. 5.868/72 .....	133
5.2.3.2	Inconstitucionalidade no Art. 12 da Lei n. 5.868/72.....	137
5.3	Lei n. 8.629, de 1993 .....	140
5.4	Lei n. 8.847, de 1994 .....	147
5.5	Lei n. 9.393, de 1996 .....	147
5.6	Lei n. 10.406, de 2002 (Código Civil).....	148
5.7	Decreto n. 4.382, de 2002 .....	149
5.8	Normalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil .....	150
5.8.1	Instrução Normativa SRF n. 256, de 11 de dezembro de 2001.....	150

## CAPÍTULO 6

### UTILIZAÇÃO DE CONCEITOS DIFERENTES PARA OBJETOS IGUAIS

6.1	Necessidade de Observar Regras Mínimas.....	151
6.2	Condição Admitida pela Doutrina para Conceituação Desigual do Mesmo Instituto .....	152
6.3	Condições Harmônicas com os Princípios Constitucionais.....	153
6.4	Criação do Cadastro Rural .....	154
6.5	Modificações Legislativas sobre Imóvel Rural e Cadastro Rural.....	156
6.6	Mudanças na Lei de Registros Públicos .....	157
6.7	Alterações Legislativas no Sistema Nacional de Cadastro Rural .....	158

## CAPÍTULO 7

### CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL

#### X

### CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

7.1	Fixação de Normas Gerais .....	161
7.2	Conceito de Imóvel Rural e a Doutrina .....	167

7.3	Decisões do Poder Judiciário Envolvendo Conceito de Imóvel Rural .....	172
7.4	Escorço Necessário .....	180
7.5	Vantagens e Desvantagens do Critério da DESTINAÇÃO .....	182
7.5.1	Vantagem.....	183
7.5.2	Desvantagens .....	183
7.6	Vantagens e Desvantagens do Critério da LOCALIZAÇÃO.....	185
7.6.1	Vantagens .....	185
7.6.2	Desvantagens .....	185
	Conclusão .....	189

## LEGISLAÇÃO

<b>I – CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....</b>	<b>205</b>
<b>II – LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL .....</b>	<b>209</b>
<b>2.1 LEIS COMPLEMENTARES .....</b>	<b>209</b>
Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966 .....	209
Lei Complementar n. 76, de 6 de julho de 1993 .....	209
<b>2.2 LEIS ORDINÁRIAS E DECRETOS-LEI .....</b>	<b>214</b>
Decreto-Lei n. 57, de 18 de novembro de 1966.....	214
Decreto-Lei n. 1.166, de 15 de abril de 1971.....	216
Lei n. 5.868, de 12 de dezembro de 1972 .....	219
Lei n. 5.889, de 8 de junho de 1973.....	222
Lei n. 6.746, de 10 de dezembro de 1979 .....	222
Lei n. 8.212, de 24 de julho de 1991.....	226
Lei n. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 .....	229
Lei n. 10. 267, de 28 de agosto de 2001 .....	238
Lei n. 11.250 de 27 de dezembro de 2006 .....	242
<b>2.3 MEDIDA PROVISÓRIA .....</b>	<b>243</b>
Medida Provisória n. 2.183-56, de 24 de agosto de 2001 .....	243
<b>2.4 DECRETOS .....</b>	<b>245</b>
Decreto n. 84.685, de 6 de maio de 1980.....	245
Decreto n. 482, de 26 de março de 1992.....	252
Decreto n. 4.449, de 30 de outubro de 2002 .....	253

<b>ATOS REGULAMENTARES .....</b>	<b>258</b>
<b>2.5 MINISTÉRIO DA FAZENDA – MF .....</b>	<b>258</b>
Portaria GAB/MF n. 49, de 1º de abril de 2004 .....	258
Portaria n. 435, de 8 de setembro de 2011 .....	259
<b>2.5.1 SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL – SRF/RFB.....</b>	<b>260</b>
<b>2.5.1.1 INSTRUÇÕES NORMATIVAS.....</b>	<b>160</b>
Instrução Normativa Conjunta SRF/STN n. 1, de 25 de outubro de 2001 ....	260
Instrução Normativa SRF n. 256, de 11 de dezembro de 2002 .....	262
Anexo I – Tabelas de Municípios .....	286
Anexo II – Tabela de índices de rendimentos mínimos para produtos extrativos vegetais e florestais .....	328
<b>2.5.1.2 Receita Federal do Brasil – RFB .....</b>	<b>328</b>
Instrução normativa RFB n. 802, de 27 de dezembro de 2007.....	328
Instrução Normativa RFB n. 884, de 5 de novembro de 2008 .....	329
<b>2.5.1.3 PORTARIAS – SRF/RFB.....</b>	<b>336</b>
Portaria SRF n. 580, de 12 de junho de 2001 .....	336
Portaria RFB n. 2.344, de 24 de março de 2011 .....	337
<b>2.5.2 BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN.....</b>	<b>339</b>
Circular n. 3.339, de 22 de dezembro de 2006 .....	339
<b>2.6 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA .....</b>	<b>341</b>
Portaria MDA n. 62, de 27 de março de 2001.....	341
Portaria MDA n. 37, de 21 de maio de 2004.....	342
<b>2.7 RESOLUÇÃO DO CGITR .....</b>	<b>342</b>
<b>2.8 ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO (AGU).....</b>	<b>347</b>
Portaria AGU n. 377, de 25 de agosto de 2011 .....	347
Portaria AGU n. 449, de 22 de outubro de 2011 .....	349
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>351</b>